

Governo anuncia que terceiro mandato de Lula terá 20 mil novos servidores

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, revelou em entrevista ao Correio Braziliense que o governo deverá chegar a 20 mil novas contratações de servidores até o fim do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Essa reposição da força de trabalho no setor público é uma luta histórica da Condsef/Fenadsef e suas filiadas, que desde o início do atual governo vêm cobrando a convocação dos aprovados em concursos. Nas últimas audiências públicas e atos, a Confederação tem se posicionado firmemente pelo esgotamento do cadastro de reserva do CPNU 1 e de concursos específicos, garantindo a chamada de todos os aprovados em lista de espera para ocupar vagas efetivas.

Após anos de ataques e de precarização do funcionalismo, recompor o quadro de servidores é condição essencial para oferecer um atendimento de qualidade à população e impedir a flexibilização das relações de trabalho no serviço público.

Segundo dados do próprio governo, mais de 76 mil servidores deixaram o funcionalismo desde 2016, em sua maioria por aposentadoria. A estimativa é que outros 180 mil se aposentem nos próximos dez anos, o que torna a abertura de concursos e a convocação dos aprovados ainda mais urgente.

A Condsef/Fenadsef defende a realização de concursos como a forma mais eficaz de garantir serviços públicos de qualidade, afastar práticas de corrupção e valorizar a vida do servidor e do usuário. A estabilidade conquistada via concurso assegura que o



trabalhador possa denunciar irregularidades sem medo de retaliação e evita a descontinuidade de políticas públicas fundamentais. Além disso, dá segurança para que os servidores possam planejar sua vida, o que reflete diretamente na qualidade do atendimento oferecido à população.

Convoca Já!

A Confederação segue na linha de frente da luta pela convocação dos aprovados que aguardam em lista de espera do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) e de demais seleções específicas.

Para isso, já realizou uma série de reuniões com representantes do governo, participou de um ato público e de duas audiências no Congresso Nacional. Também integra, junto ao Sindsep-DF, à Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público e ao gabinete da deputada federal Erika Kokay (PT-DF), a coordenação do Fórum Nacional Convoca Já!, iniciativa que pressiona pela nomeação de todos os aprovados em listas de espera para cargos efetivos, e não para vínculos temporários.

Apesar dessa luta, o MGI publicou recentemente portarias que autorizam a contratação temporária de 491 pessoas, utilizando o banco de aprovados do CPNU. Os contratos, de quatro anos, destinam-se à área da saúde: 300 vagas para o Ministério da Saúde e 191 para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Para a Condsef, essa medida aprofundará a precarização. A contratação temporária, quando usada como regra, fragiliza vínculos, ameaça a estabilidade e enfraquece o serviço público. Essa lógica vai ao encontro da proposta em discussão no Grupo de Trabalho (GT) da Reforma Administrativa na Câmara que, sem dialogar com os servidores, já discute regimes de contratação mais frágeis, redução da estabilidade, flexibilização de planos de carreira e aumento das desigualdades salariais, mudanças que inevitavelmente levariam à piora dos serviços prestados à população.

A Condsef/Fenadsef reafirma sua defesa de um Estado forte, garantidor de direitos, com servidores públicos estáveis, valorizados, com autonomia técnica e plena capacidade de atender à população trabalhadora.

Fonte: Condsef

FNDC projeta atuação mais forte contra big techs e desinformação

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) elegeu, na última semana, sua nova Coordenação Executiva, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal para o biênio 2025-2027. A renovação da direção marca o início de um novo ciclo em uma das principais articulações da sociedade civil em defesa do direito humano à comunicação. O processo ocorre em um contexto de profundas transformações tecnológicas e políticas, que colocam no centro do debate público a necessidade de democratizar a comunicação no Brasil.

Para Admirson Medeiros Ferro Jr. (Greg), integrante da coordenação que encerrou seu mandato, o balanço da gestão anterior é positivo, mesmo diante de um cenário adverso. Ele destaca que, nos últimos anos, o FNDC conseguiu manter viva a pauta da democratização da comunicação, articulando-se com parlamentares, entidades da sociedade civil e movimentos sociais.

Entre as principais conquistas, Medeiros aponta a capacidade de manter a unidade do FNDC em diversas frentes, como, por exemplo, no Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e no Grupo de Trabalho Sales Pimenta, que ajudou a construir uma proposta de marco legal para proteção de comunicadores e defensores de direitos humanos.

O dirigente aponta que a relação com o Congresso Nacional não foi fácil, mas, neste ano, houve pequenos avanços. “Tivemos muita dificuldade para

sermos recebidos e tratar das pautas de interesse da sociedade civil. Neste último período, em especial em 2025, essa relação vem apresentando pequenos avanços, e esperamos que continue assim, pois precisamos de muita articulação para enfrentar as big techs e as grandes plataformas”, afirmou Greg, atual secretário de Economia Solidária da CUT.

Pauta histórica, desafios renovados

Criado na década de 1980, o FNDC surgiu com a missão de enfrentar a concentração midiática e defender a comunicação como direito humano e condição para a participação cidadã. Passadas quatro décadas, o tema se mantém atual, mas assume novas formas diante da centralidade das plataformas digitais e do uso crescente da inteligência artificial.

Tadeu Porto, novo secretário de Comunicação do FNDC e secretário-adjunto de Comunicação da CUT, faz uma avaliação sobre os próximos anos à frente do Fórum. “É prioridade continuar atuando tanto na linha política, legislativa e institucional quanto na luta popular contra a concentração de poder midiático no Brasil, que já conhecemos. Também é preciso enfrentar a mídia de streaming, que ameaça diretamente o país, inclusive em termos eleitorais. Entendemos que essa é uma luta pela soberania nacional, e precisamos mostrar como as big techs acumulam poder e manipulam dados”, disse.

Segundo Porto, um dos objetivos na comunicação do Fórum é fortalecer a presença do FNDC nas redes sociais e ampliar o diálogo com a sociedade civil.

Regulação das redes sociais e o desafio da IA

A regulação das redes sociais, tema cada vez mais presente no debate público, é vista pelo FNDC como condição indispensável para limitar o poder das chamadas big techs. Transparência de algoritmos, combate à desinformação e responsabilização das plataformas em casos de violações de direitos são alguns dos pontos defendidos pela entidade.

Outro desafio emergente é a inteligência artificial, que já começa a reconfigurar a produção e distribuição de informações em escala global.

Inclusão e diversidade

Além das questões regulatórias e tecnológicas, a nova coordenação do FNDC terá o desafio de ampliar a participação social em suas atividades. Isso inclui trazer para o debate jovens, coletivos periféricos, mídias independentes e movimentos populares, fortalecendo a diversidade de perspectivas na construção das políticas de comunicação.

A expectativa é que, no biênio 2025-2027, o FNDC consolide sua posição como espaço estratégico de articulação em defesa da democratização da comunicação, mantendo sua tradição histórica e, ao mesmo tempo, respondendo às novas demandas da era digital.

Com 40 anos de história, o FNDC segue reunindo entidades da sociedade civil, sindicatos, coletivos e movimentos sociais em torno de uma agenda comum: assegurar que a comunicação não seja tratada apenas como mercadoria, mas como direito humano fundamental.